

Departamento de Meio Ambiente - DMA

Acompanhamento e divulgação do status das normas jurídicas

Projetos de Lei Federais sobre resíduos sólidos



Projeto de Lei (PLS) em tramitação - Câmara				
Nº	Ano	Ementa	Status	Última ação
4552	2012	Obriga os fabricantes e importadores a procederem à coleta e descarte adequado das lâmpadas de mercúrio de baixa pressão.	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Designado Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE)	07/11/2012
4409	2012	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 para obrigar o fabricante a informar na própria embalagem sobre o descarte do produto.	Apensado ao PL 3409/2012	05/10/2012
4337	2012	Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre o tratamento ou a destinação de resíduos sólidos e a disposição final de rejeitos.	Aguardando Parecer - Ag. devolução Relator não-membro na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	10/09/2012
4330	2012	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para proibir o desmanche e a venda de peças usadas de automóvel e motocicleta.	Apensado ao PL 685/2003	24/09/2012
4272	2012	Estabelece a obrigatoriedade da instalação de postos de coleta e do recolhimento de pilhas, baterias e continentes aerossóis usados em estabelecimentos comerciais que comercializem esses produtos.	Apensado ao PL 2045/2011	22/08/2012
4235	2012	Dispõe sobre a proibição da comercialização de peças usadas de veículos automotores e dá outras providências.	Apensado ao PL 23/2011	22/08/2012
4194	2012	Dispõe sobre obrigatoriedade da fabricação, distribuição e utilização de sacolas plásticas fabricadas em material degradável ou oxi-biodegradável, polipropileno, poliestireno, propileno, polietileno ou outros materiais, no padrão de cores estabelecido pela Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001, do Conselho Nacional do Meio-Ambiente (Conama).	Apensado ao PL 2472/2011	13/08/2012
3894	2012	Dispõe sobre a isenção de Cofins e PIS, objetivando fomentar a indústria plástica nacional a fabricar plásticos biodegradáveis que possam substituir o plástico convencional.	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Irajá Abreu (PSD-TO)	27/06/2012
3551	2012	Dispõe sobre o descarte e disposição final de baterias e pilhas usadas e dá outras providências.	Apensado ao PL 2045/2011	18/04/2012

3472	2012	Torna obrigatória a utilização de materiais reciclados em produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos.	Aguardando Deliberação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)	02/04/2012
3409	2012	Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2012	30/10/2012
3290	2012	Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas, e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007	12/03/2012
2909	2011	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor de reciclagem e do setor metal mecânico.	Apensado ao PL 2355/2011	31/01/2012
2863	2011	Acresce parágrafos ao art. 32 da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política de Resíduos Sólidos.	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - Designado Relator, Dep. Osmar Terra (PMDB-RS)	22/03/2012
2696	2011	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estendendo a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa à parcela do setor automobilístico.	Apensado ao PL 8005/2010	08/08/2011
2551	2011	Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física das despesas efetuadas com a coleta e entrega de produtos geradores de resíduos sólidos que demandem logística reversa em postos de coleta específica, definidos por fabricantes, importadores ou pelo órgão público competente de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.	Comissão de Finanças e Tributação - Designado Relator, Dep. Otoniel Lima (PRB-SP)	09/04/2012
2494	2011	Torna obrigatória a criação de pontos de coleta para recolhimento de resíduos de medicamentos nos condomínios residenciais, resorts, hotéis e pousadas.	Apensado ao PL 2121/2011	25/10/2011
2491	2011	Institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública de ensino.	Comissão de Educação e Cultura - Designado Relator, Dep. Gabriel Chalita (PMDB-SP)	05/09/2012
2472	2011	Dispõe sobre a rotulagem de produtos e embalagens recicláveis.	Apensado ao PL 7114/2010	19/10/2011
2433	2011	Acrescenta o § 9º ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.	Comissão de Defesa do Consumidor - Parecer do Relator, Dep. Ricardo Izar (PSD-SP), pela aprovação.	22/11/2012

2404	2011	Prevê medidas de proteção ambiental no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, alterando a Lei nº 11.977, de 2009. Obriga a instalação de lixeiras para coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos sólidos nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Comissão de Desenvolvimento Urbano - Designado Relator, Dep. Leopoldo Meyer (PSB-PR)	27/10/2011
2380	2011	Acrescenta o art. 44-A à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e, dá outras providências".	Apensado ao PL 2355/2011	07/10/2011
2355	2011	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências", para estimular práticas ambientais de reciclagem e outras destinações ambientalmente adequadas para os resíduos sólidos.	Apensado ao PL 2215/2011	28/09/2011
2215	2011	Autoriza o Poder Executivo a instituir incentivos fiscais destinados a estimular as pessoas jurídicas que exerçam atividade de controle ambiental de resíduos.	Apensado ao PL 2101/2011	16/09/2011
2170	2011	Regulamenta a reciclagem e destinação final de peças e acessórios automotivos usados e descartados.	Apensado ao PL 8005/2010	08/08/2011
2148	2011	Torna obrigatória a criação de pontos de coleta para recolhimento de resíduos de medicamentos nas farmácias e drogarias.	Apensado ao PL 2121/2011	14/09/2011
2121	2011	Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias e dá outras providências.	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Parecer do Relator, Dep. Vilson Covatti (PP-RS), pela aprovação deste, do PL 2148/2011, e do PL 2494/2011, apensados, com substitutivo.	05/06/2012
2045	2011	Dispõe sobre a coleta e a destinação ambientalmente adequada de resíduos tecnológicos.	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Givaldo Carimbão (PSB-AL)	19/04/2012
1930	2011	Estabelece normas para a destinação de garrafas e outras embalagens plásticas e dá outras providências.	Apensado ao PL 1442/2011	01/12/2011
1862	2011	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, inserindo os veículos automotores e seus componentes na logística reversa.	Apensado ao PL 8005/2010	08/08/2011

1724	2011	Dispõe sobre a substituição do uso de sacos plásticos de lixo e de sacolas plásticas por sacos de lixo ecológicos e sacolas ecológicas e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007	09/06/2011
1680	2011	Determina que todos os programas de asfaltamento e recapeamento de rodovias priorizem a utilização do chamado "asfalto-borracha", conhecido como "asfalto ecológico".	Apensado ao PL 132/2011	09/06/2011
1474	2011	Obriga o fabricante de produto reciclável ou cuja embalagem seja reciclável a apresentar ao consumidor esta informação no rótulo do produto.	Apensado ao PL 1862/2007	09/06/2011
1442	2011	Responsabiliza os fabricantes e comerciantes a disponibilizar locais de coleta para embalagens de politereftalato de etileno - garrafa PET, incluindo o inciso VII ao § 3º do art. 33.	Apensado ao PL 418/2011	07/06/2011
1253	2011	Cria o Fundo de Apoio a Programas de Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e Hospitalares Urbanos (Funalixo).	Aguardando Parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	10/04/2012
640	2011	Institui diretrizes para a reutilização e reciclagem de resíduos de construção civil e dá outras providências.	Apensado ao PL 1739/2007	25/11/2010
636	2011	Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)	20/06/2012
430	2011	Dispõe sobre a etiquetagem de produtos de consumo doméstico e escolar, alertando o consumidor sobre os graus de impacto ambiental.	Apensado ao PL 1862/2007	01/04/2011
418	2011	Proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas.	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio publicado no DCD de 13/12/11, PÁG 66711 COL 02, Letra A.	12/12/2011
132	2011	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.	Aguardando Parecer na Comissão de Viação e Transportes (CVT)	16/05/2012
23	2011	Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o art. 114 e o art. 126 da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e dá outras providências.	Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designado Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ)	12/05/2011
8005	2010	Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que fabricam, importam, comercializam ou instalam vidros automotivos pela coleta e destinação final ambientalmente adequada dos produtos descartados.	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável publicado no DCD de 07/11/12, Letra A.	06/11/2012

7919	2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais imprimirem informativo referente à coleta seletiva de lixo em sacolas plásticas utilizadas para embalagem e dá outras providências.	Apensado ao PL 1862/2007	25/11/2010
7159	2010	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados em serviços de coleta de lixo.	Apensado ao PL 3995/2012	11/06/2012
7114	2010	Obriga a inserção, nas embalagens, de informações sobre a natureza e o percentual do material empregado na sua fabricação, e se elas são recicláveis.	Apensado ao PL 5305/2009	27/04/2010
6334	2009	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; acrescenta à Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, elementos básicos para a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que preveja, entre outros, serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1739/2007	13/11/2009
5698	2009	Proíbe a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas plásticas que em sua composição química tenham como base o polietileno, o propileno e o polipropileno.	Apensado ao PL 612/2007.	12/08/2009
5305	2009	Obriga os fornecedores de produtos acondicionados em embalagens não biodegradáveis a informarem a natureza das mesmas.	Apensado ao PL 1862/2007.	17/06/2009
5199	2009	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", de forma a incluir o dever de informação sobre o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.	Apensado ao PL 1862/2007.	22/05/2009
4916	2009	Dispõe sobre a utilização de embalagens plásticas biodegradáveis ou sacolas reutilizáveis, para acondicionar produtos e mercadorias, em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.	Apensado ao PL 612/2007.	02/04/2009
4834	2009	Dispõe sobre o uso de embalagens nos diversos produtos disponíveis para a venda no varejo.	Apensado ao PL 612/2007.	19/03/2009
4313	2008	Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas para o acondicionamento de produtos e mercadorias pelos estabelecimentos comerciais e dos sacos plásticos de lixo por órgãos e entidades públicas e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007.	26/11/2008
4117	2008	Veda a importação de pneus usados, incluídos os reformados e inservíveis.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Devolvido ao Autor, nos termos do § 1º do artigo 137 do RICD.	07/11/2008

3970	2008	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o destino de carcaças de veículos automotores sinistrados ou apreendidos.	Apensado ao PL 685/2003	18/09/2008
3335	2008	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a venda ou leilão de veículo.	Apensado ao PL 685/2003	
3241	2008	Obriga os mercados, supermercados e estabelecimentos comerciais congêneres a fornecer sacolas reutilizáveis de pano ou outro material resistente para acondicionar acima de vinte produtos vendidos a seus clientes.	Apensado ao PL 612/2007	25/04/2008
3172	2008	Proíbe os estabelecimentos comerciais de fornecerem sacolas plásticas aos clientes para o acondicionamento de produtos vendidos.	Apensado ao PL 612/2007	10/04/2008
3017	2008	Proíbe supermercados e estabelecimentos comerciais congêneres de acondicionar produtos vendidos a seus clientes em sacolas plásticas e determina que sejam embalados em material biodegradável.	Apensado ao PL 612/2007	19/03/2008
2923	2008	Proíbe os supermercados e estabelecimentos comerciais congêneres de acondicionar os produtos vendidos a seus clientes em sacolas plásticas fabricadas com plástico-filme, obrigando-os a disponibilizar sacolas de uso duradouro ou biodegradáveis.	Apensado ao PL 612/2007	11/03/2008
2866	2008	Institui o Programa Nacional de Geração de Energia Elétrica a partir do Lixo (Progel) e dá outras providências.	Apensado ao PL 5248/2005	05/03/2008
2248	2007	Objetiva remontar o ciclo econômico das sacolas, ao obrigar os estabelecimentos com mais de 800m² e que quiserem continuar a distribuir embalagens, convencional ou biodegradável, a comprá-las de volta, pagando-as em alimentos, vale-compras ou em dinheiro.	Apensado ao PL 612/2007	25/10/2007
2180	2007	Prevê plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos e sistemas de coleta seletiva nos casos que especifica, alterando as Leis nºs 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	Apensado ao PL 1739/2007	17/10/2007
2091	2007	Dispõe sobre a isenção do IPI para todos os equipamentos e acessórios destinados à geração de energia através da biomassa.	Apensado ao PL 523/2007	03/10/2007
1877	2007	Dispõe sobre a utilização de embalagens plásticas oxi-biodegradáveis - OBP"s, e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007	06/09/2007
1862	2007	Dispõe sobre a etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros, alertando o consumidor sobre os graus de impacto ambiental.	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Designado Relator, Dep. Fernando Ferro (PT-PE)	23/03/2012

1819	2007	Estabelece como obrigatória a disponibilização, por supermercados e estabelecimentos congêneres, de sacos plásticos de material biodegradável para a embalagem de produtos e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007	24/08/2007
1739	2007	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Aguardando constituição de Comissão Temporária na Seção de Registro de Comissões (SERCO(SGM)); Aguardando Encaminhamento na COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	18/04/2011
847	2007	Dispõe sobre a proibição da distribuição de sacolas plásticas, derivadas de petróleo, pelos estabelecimentos comerciais em todo o território nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 612/2007	03/05/2007
612	2007	Dispõe sobre o uso de sacolas plásticas biodegradáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias a serem utilizadas nos estabelecimentos comerciais em todo território nacional, obrigando utilizar sacolas plásticas oxi-biodegradáveis (OBP's).	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.	29/11/2012
523	2007	Institui a Política Nacional de Energias Alternativas e dá outras providências.	Apensado ao PL 630/2003	27/05/2005
5248	2005	Institui o Programa de Geração de Energia a partir do Lixo (Progelixo) e dá outras providências.	Apensado ao PL 630/2003	27/05/2005
4937	2005	Obriga a retirada de circulação de veículos inservíveis ao uso, mediante prensamento da sua sucata, bem como baixa de seu registro junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam	Apensado ao PL 685/2003	31/03/2005
1590	2003	Acrescenta parágrafo ao art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre veículos irrecuperáveis. Explicação: Estabelecendo a competência do órgão de trânsito para recolher e prensar veículos.	Apensado ao PL 685/2003	09/07/2007
685	2003	Altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Apense-se a este(a) o(a) PL-4330/2012	24/09/2012
4602	1998	Altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Tipificando como crime ambiental a importação de resíduos tóxicos ou potencialmente perigosos.	Apensado ao PL 4548/1998	10/04/2007

Projeto de Lei (PLS) em tramitação - Senado				
Nº	Ano	Ementa	Status	Último andamento
385	2012	Dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS/COFINS sobre a receita de venda desses materiais.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - MATÉRIA COM A RELATORIA	22/11/2012
322	2012	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para conceder incentivo tributário a pessoas jurídicas que realizem cursos de reutilização e reciclagem de materiais ou outros cursos de capacitação para egressos do sistema prisional e para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Comissão de Assuntos Econômicos - MATÉRIA COM A RELATORIA	14/11/2012
207	2012	Cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários (FNAS) e dá outras providências.	Comissão de Assuntos Sociais - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	07/11/2012
187	2012	Permite a dedução do imposto de renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - MATÉRIA COM A RELATORIA	08/11/2012
166	2012	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - MATÉRIA COM A RELATORIA	28/05/2012
653	2011	Altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.	SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO - MATÉRIA COM A RELATORIA	20/09/2012
617	2011	Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres e dá outras providências.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	06/06/2012
537	2011	Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.	Comissão de Assuntos Sociais - MATÉRIA COM A RELATORIA	11/07/2012

533	2011	Autoriza o Poder Executivo a instituir incentivos fiscais destinados a estimular as pessoas jurídicas que exerçam atividade de controle ambiental de resíduos.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - MATÉRIA COM A RELATORIA	15/09/2011
488	2011	Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	30/11/2012
322	2011	Proíbe a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas plásticas que em sua composição química tenham como base o polietileno, o propileno e o polipropileno.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	17/06/2011
148	2011	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - MATÉRIA COM A RELATORIA	11/09/2012
309	2010	Institui a Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais e Ecossistêmicos - PNBASAE, e dá outras providências.	Comissão de Assuntos Econômicos - MATÉRIA COM A RELATORIA	28/04/2011
229	2010	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde pelos Municípios.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	14/01/2011

581	2009	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.	SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)	04/12/2012
510	2009	Concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem.	Comissão de Assuntos Econômicos MATÉRIA COM A RELATORIA	06/03/2012
494	2009	Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - MATÉRIA COM A RELATORIA	18/10/2012
477	2009	Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.	REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	14/12/2010
169	2008	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem .	CMA - A matéria retorna ao Relator, Sen. GIM ARGELLO, para reexame.	08/07/2008
112	2008	Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado .	Remetida a Câmara dos Deputados	26/05/2009
718	2007	Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - MATÉRIA COM A RELATORIA	05/11/2012
714	2007	Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.	AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA	15/05/2012
612	2007	Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.	Matéria constante da Pauta da 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 10/07/2012.	05/07/2012

372	2005	Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 3º do art. 114 e o Parágrafo Único do Art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências.	PLEG PROTOCOLO LEGISLATIVO - Esta matéria passa a tramitar como Emenda da Câmara dos Deputados - ECD 00372 2005.	15/04/2009
-----	------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------